



Revista de Direito Ambiental, v. 17, n. 66, abr./jun. 2012

El principio de no regresión ambiental a la luz de la jurisprudencia constitucional costarricense

Mario Peña Chacón

Páginas: 11 a 54
Total de Páginas: 44

Comentários sobre a nova Lei de Competências em matéria ambiental (LC 140, de 08.12.2011)

Romeu Faria Thomé da Silva

Páginas: 55 a 76
Total de Páginas: 22

A missão constitucional do Poder Judiciário republicano na defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável

Antônio Souza Prudente

Páginas: 77 a 112
Total de Páginas: 36

Ato jurídico perfeito, direito adquirido, coisa julgada e meio ambiente

Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

Páginas: 113 a 152
Total de Páginas: 40

O licenciamento ambiental de acordo com a LC 140/2011

Sidney Guerra

Páginas: 153 a 182
Total de Páginas: 30

Tutela inibitória coletiva do meio ambiente face ao risco ambiental

Tatiana Barreto Serra

Páginas: 183 a 208
Total de Páginas: 26

Informação para o pós-consumo: consoante a Lei 12.305/2010

Antônio Carlos Efig
Fernanda Mara Gibran

Páginas: 209 a 232
Total de Páginas: 24

A maturidade das fontes como elemento de consolidação do Direito Internacional do Meio Ambiente

Maria Cristina M. de Figueiredo Bacovis

Páginas: 233 a 278
Total de Páginas: 46

A agrobiodiversidade, o acesso e a repartição dos benefícios derivados da utilização dos recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura

Juliana Santilli

Páginas: 279 a 298
Total de Páginas: 20

As resoluções do Conama e a reforma do Código Florestal

Matheus Jacob Fialdini
Alexandre Petry Helena

Páginas: 299 a 316
Total de Páginas: 18

Consórcios intermunicipais para a gestão de resíduos sólidos domésticos e como elemento de desenvolvimento regional sustentável

Thanabi Bellenzier Calderan
Jane M. Mazzarino
Odorico Konrad

Páginas: 317 a 336
Total de Páginas: 20

O conteúdo essencial da propriedade urbana e a proteção do meio ambiente: a experiência do direito italiano

Daniel Gaio

Páginas: 337 a 360
Total de Páginas: 24